

Geopolítica e Globalização: Xadrez Internacional da *Demos*

Maria Sousa Galito*

Resumo

Se a História é cíclica e a globalização não é um fenómeno novo, há lições a tirar das crises atuais, para ser possível visionar um futuro mais brilhante, até para Portugal. Estuda-se aqui o papel dos cidadãos nesta matéria.

Palavras-chave: globalização, demos, crise, poder, Portugal, História

Abstract

If History is cyclical and globalization is not a new phenomenon, there are lessons may be drawn from the current crisis in order to envision a brighter future, even for Portugal. The role of citizens in this area is studied here.

Keywords: globalization, demos, crisis, power, Portugal, History

* Doutora em Ciência Política e Relações Internacionais (IEP-UCP).

Vivemos num mundo globalizado e interdependente, onde o crescimento económico impulsiona facilmente as economias à escala planetária. Uma crise financeira nos Estados Unidos pode prejudicar o mercado internacional a uma rapidez galopante. A circulação de pessoas é intensa, ao ponto de criar dificuldades mesmo em sociedades progressivamente mais abertas e multiculturais. Os meios de comunicação contribuem favoravelmente para uma sociedade de informação que atribui um papel importante à opinião pública, mas também vive de interesses empresariais e de audiências, com as consequências perniciosas que tais questões podem criar. Neste processo, o Estado procura reencontrar o seu lugar, sobretudo ao intervir economicamente no mercado. Isto porque o capitalismo entrou em crise não se sabe por quanto tempo, mas porque até 2008 vivia acima das suas possibilidades e convencera a sociedade, pelo menos a Ocidental, que também podia fazê-lo e indefinidamente.

A verdade é que a economia é constituída por ciclos económicos e a História é cíclica. Os erros cometem-se e corrigem-se, as lições aprendem-se, mas a memória é curta. As gerações humanas e as migrações intercontinentais sucedem-se, como noutras épocas. A cidadania é um conceito em evolução e a sociedade humana também. Em geopolítica, quem domina é quem tem poder e o usa. Num mundo globalizado, esse poder pode ser exercido num xadrez à escala planetária.

Neste contexto, a União Europeia parece possuir dificuldades a nível interno, não obstante ter conseguido que o Tratado de Lisboa entrasse em vigor, e hesita em afirmar o seu poder internacional, talvez por ainda não o possuir verdadeiramente estruturado. A União Europeia continua com uma agenda externa vazia de conteúdo. A própria relação transatlântica vive entre ciclos de proximidade e de dificuldade de comunicação.

Portugal, Estado-membro da União Europeia desde 1986, é um país independente desde o século XII, o primeiro Estado-nação da Europa, possui as fronteiras mais antigas e estáveis do continente em que se insere, foi o primeiro e mais longo império global. Curiosamente, afunda-se numa crise estrutural – mais do que conjuntural – agravada pela falta de visão política capaz de liderar um projeto nacional e internacional ganhador, que coloque o país num rumo ascendente, capaz de velar novamente pelo interesse geral da sua população.

As glórias passadas não alimentam e degeneram. As experiências atuais há muito que deixaram de entusiasmar ao nível dos resultados, e o provincianismo reduz o país a uma periferia que, na realidade, não existe. Portugal é central no Atlântico (e o mundo virtual/Internet é um mundo novo por redimensionar), mas precisa convencer-se disso e afirmar-se enquanto tal.

O artigo que se segue debruça-se sobre alguns dos principais tópicos de análise no mundo atual, do ponto de vista da geopolítica e da globalização; dos fluxos migratórios, de mercadorias e de capital; das tendências centrífugas e centrípetas sentidas pela *Demos*, a favor da globalização e uniformização, ou da afirmação da identidade individual e de cada povo, o que tem produzido fenómenos capazes de gerar desconfiança e incompreensão à escala planetária, o que, por sua vez, tem dificultado a «integração» e a «comunicação» – que, supostamente, deveriam ter atingido graus de sofisticação superiores aos de épocas históricas anteriores.

1. Geopolítica e Globalização – Xadrez Internacional da *Demos*

O planeta azul, observado do céu, parece pacífico e tranquilo, desprovido de fronteiras, global e redondo como se eternamente se sentisse livre para desfrutar dos seus movimentos de rotação e translação. Quanto mais perto se fica, mais nuvens se avistam. De facto, a Terra é tudo menos desprovida de fronteiras e de conflitos, e mal respira num ambiente conspurcado pelos abusos de uma praga de seres humanos. *A Demos*.

Na Terra, os Estados, as empresas e a população em geral vivem uma luta de poderes organizada a vários níveis num planeta cada vez mais pequeno para tanta ambição. A geopolítica impera e o xadrez internacional preocupa-se em fazer sobreviver o mais forte, enquanto as minorias apelam à compreensão e resistem sob todas as formas que o ser humano conseguiu inventar durante séculos para o conseguir – até recorrendo ao terrorismo. Como vivemos num mundo cada vez mais global, mesmo o que nos fica longe nos parece perto, e o que nos fica perto pode ficar muito longe.

Atualmente, fala-se muito em globalização. Este processo não é atual, iniciou-se no século XV, fortaleceu-se com a Revolução Industrial e afirmou-se na sociedade tecnológica e da informação do século XX.

Em pleno século XXI testemunham-se as suas vantagens e desvantagens com impacto imediato.

O processo de globalização começou por ser experiência fértil em imprevistos e falhas de comunicação, pois o objetivo era desbravar terreno num passo de gigante não tentado pela maioria, por medo e superstição. Foram as gerações seguintes que primeiro lhes procuraram as causas, tentando lidar com benefícios e custos daí decorridos. A globalização passou a ser mais organizada e com a Revolução Industrial intensificaram-se os fluxos de capitais. Como havia necessidade de matérias-primas que alimentassem todo o sistema, os europeus empreenderam um dos mais organizados assaltos da História (em especial) ao continente africano.

Porque o processo dava lucro, as empresas multiplicaram-se em número e, dentro destas, em rede, gerindo sucursais espalhadas pelo globo. Em plena terceira vaga da globalização, não só se produz em massa como simultaneamente em diferentes partes do mundo. Um carro pode ser constituído por peças individuais *made in* países diferentes. Com a escassez de recursos naturais, passou a exigir-se uma boa gestão empresarial, com preocupação crescente pelas gerações futuras, enquanto os indivíduos reivindicavam melhores condições de trabalho, apostavam na formação e lutavam pela preservação do ambiente.

À medida que a opinião pública ganhava terreno, nasciam e cresciam organizações internacionais com o objetivo de reduzir as assimetrias e velar pelo cumprimento do Direito Internacional. A globalização atual quer-se «amiga do ambiente», vocacionada para o desenvolvimento sustentado mais do que para o crescimento económico que tanto movia o tecido económico da Revolução industrial. Mas os interesses geoeconómicos não mudaram de carácter. Os países continuam a empreender conflitos regionais por abscondidas razões de mercado. Basta referir a guerra do Iraque mas poderiam ser referidas muitas outras.

Portanto, atribui-se o nome de «globalização» a um processo antigo que se mantém rapinador. Porém, regista-se pelo menos uma diferença: agora o consumismo não é elitista mas geral e democrático. Quem não possui capital recorre ao crédito. Quem não paga hipotecas e dívidas de cartões, perde estatuto social por não poder devotar-se ao materialismo e salvaguardar um nível de vida padronizado, massivamente divulgado pelos meios de comunicação e, em particular, por indústrias especializadas interessadas em manter o «seu próprio» estatuto.

Percentagem significativa da população mundial devota-se, portanto, ao materialismo e ao relativismo, influências que aparentemente vieram substituir visões mais conservadoras. Já lá vai o tempo do Condestável que entregou os seus bens pessoais em nome de uma vida espiritual.

Mas como a moda, a mentalidade dominante também varia periodicamente. O que tem vantagens, tem desvantagens. A ideia que tudo se compra e se vende, numa transação permanente dinamiza uma «sociedade de consumo» fundamentada na satisfação de necessidades imediatas e cada vez mais exigentes. O estímulo que impulsiona o mercado é a procura.

Esta necessidade/aspiração dos indivíduos viverem acima das suas possibilidades abriu portas aos abusos perpetrados nos mercados financeiros, alavancados em 2001 e, enfim, desmascarados em 2008. A crise do *subprime*. Ao que parece, o funcionamento do aparelho financeiro entrou em colapso. A arquitetura financeira internacional vacilou por haver empolamento da atividade financeira com níveis de alavancagem insustentáveis, com agências de *rating* a empolar o valor das ações, aproveitando a liberdade extra em mercados com falta de regulação estadual, abundância de liquidez e taxas de juro muito baixas. Também se registava um peso excessivo da componente variável da remuneração dos gestores/administradores e da avidez dos gestores.

No Mercado Financeiro Internacional, o crime ou passava desapercibido ou não era punido – uma vez que a lei internacional era vaga o suficiente para permitir excessos, além de ser difícil aplicá-la ou fiscalizar o seu cumprimento. Vigoram em muitos países entraves ao escrutínio da realidade, como o sigilo bancário (cuja eliminação interfere na liberdade e privacidade das pessoas, e diretamente nos interesses bancários) ou os *off-shores* (que quando desaparecem num lado, surgem noutra, pelo que nunca desaparecem). Aliás, a origem do capital era o que menos importava, e como essa ascendência é mais difícil de provar quanto maior o número de intermediários, percebe-se o «saco sem fundo» que se havia criado. Portanto, no meio do que circulava para melhorar o bem-estar das populações, imiscuíam-se tudo quanto minava esse bem-estar.

Poderia dizer-se que a crise resultou de excesso de confiança e de uma sucessão de erros, baseados na ideia que se pode viver

harmoniosamente numa sociedade relativista que roça a descrença nihilista absoluta e que põe em causa os chamados bons costumes que são para reformados e pré-históricos, porque em liberdade tudo é permitido e nem há crise de valores mas de referências estáveis. É preciso recordar que a liberdade em sociedade não é total mas condicionada ao respeito pelo espaço do outro. Para que o sistema democrático funcione precisa funcionar em Estado de Direito que implica a escolha de leis que são para ser cumpridas. Portanto, o sistema judicial e a administração interna precisam funcionar sob o risco da arquitetura desabar.

Uma sociedade pueril ou de «chicos espertos» deu no que deu. Há sempre quem se aproveite. A questão está em saber se as várias comunidades estão para aturar isto. A mudança parece estar em marcha desde 2008, com acrescida intervenção estatal e fiscalização extra. Mas mais Estado deve ser uma opção temporária pois desequilibra as contas públicas e nenhum Estado almeja declarar falência. Ou sair do Euro, já agora.

Ressalva-se, portanto, que o problema não incide no mercado «em si» mas no equilíbrio das atividades económicas. Quando as regras estão estabelecidas e são cumpridas, os mercados funcionam corretamente, estimulam o crescimento económico, o emprego e o bem estar social. Mas, portanto, os mercados precisam de confiança e credibilidade, e por muito intangíveis que estes dois conceitos aparentem ser, são fundamentais. Não é da conveniência de ninguém minar o Mercado Financeiro Internacional, base da sociedade cosmopolita global em que hoje se vive. Aliás, o problema não está no mercado financeiro, em si, mas em quem mal o usa. Como em tudo na vida. Um passo determinante é criar mecanismos de controlo mais eficazes, num quadro de liberdade responsável. São necessárias políticas de cooperação interestaduais, inteligentes mas, desde logo, exigentes em meios.

Resultado, neste mundo globalizado e interdependente estimulado pela ciência e pela tecnologia, ainda há consequências mal geridas, porque as pessoas não dominam completamente a Natureza, incluindo «a sua» própria natureza, pois não se conhecem bem e menos umas às outras. Ou seja, a revolução não foi apenas comercial, industrial e tecnológica, mas também social.

É verdade que a *Demos* tem demonstrado o seu poder de adaptação ao mundo em que vive e trabalha, mas nem o corpo nem a mente

estavam preparados para tão célere transformação¹. O que nunca foi tão evidente como desde o século XX².

Finalmente compreendemos que a Natureza continua rebelde

A vida internacional em que vivemos é complexa, organizando-se sob a forma de um imenso formigueiro de gente. Em compasso, a população mundial não para de crescer, somando a elevada natalidade nos países menos desenvolvidos à elevada longevidade nos países desenvolvidos. Depreende-se que políticas de incentivo à natalidade são questões políticas ou mesmo geopolíticas (grupos sentem-se ameaçados ou não querem perder preponderância sobre outros).

A circulação de pessoas é uma constante. Neste fluxo, constam os que procuram melhores condições de vida ou um emprego que lhes reconheça o verdadeiro potencial, e os refugiados políticos, indivíduos que fogem à miséria, à guerra e à perseguição.

Quem emigra para a Europa ou para os Estados Unidos não o faz sem motivo, procura melhores condições de vida, de oportunidades que não surgem no país de origem por causa dos conflitos armados, da violência, do tráfico de drogas e armas, da instabilidade económica ou da miséria. As famílias arriscam tudo para fugir a sociedades quílicas que não permitem o conforto e a instrução à sua maioria demográfica, à edificação de uma estrutura sólida, limpa de corrupção e

1. Ou seja, para os nossos antepassados, as necessidades eram simples, o espaço imenso, os objetivos imediatos; mas impuseram a si próprios uma revolução de todo o tamanho que, com determinação e capacidade de adaptação, visaram superar, apesar do preço a pagar: «Não devemos comparar o habitante da cidade com o animal selvagem, mas com o animal cativo. O bicho-homem moderno já não vive em condições que possam considerar-se normais para a sua espécie. Aprisionado (...) pela sua própria habilidade cerebral (...) parece ter-se adaptado brilhantemente a estas novas condições extraordinárias, mas não teve tempo de mudar biologicamente (...). Tinha-se tornado cidadão, membro de uma supertribo e a diferença fundamental é que na supertribo ele já não conhecia pessoalmente cada membro da comunidade. Esta mudança, de sociedade pessoal para sociedade impessoal, havia de provocar as maiores angústias do animal humano (...)» (Morris, 1969: 10-21).
2. Um exemplo da «sociedade de consumo», fruto da adaptação a um novo estilo de vida e subsequente alteração do regime alimentar (neste caso americano; para o bem e para o mal, símbolo da globalização, arrastando consigo a chamada «comida de plástico»), é o caso dos índios pima, do estado norte-americano do Arizona. Em poucas décadas mudaram completamente. Tornaram-se abastados, sedentários e, sobretudo, gordos. Hoje em dia são das comunidades que registam mais habitantes obesos; e têm o índice mais elevado de diabetes, a nível mundial.

jogos de poder, apenas favorável a uma minoria, detentora de grandes privilégios.

A decisão de quem habita no seu território é uma das atribuições dos governos ou não? A questão mostra-se complexa, por afetar a segurança do território que os recebe. É que se, conforme o adágio, numa casa entra sempre mais um, quando os regimes habitacionais alternativos se amontoam nas periferias, a pulular de indivíduos com poucos meios, muitas vezes desempregados, então, a desilusão destes é patente. Situação que pode piorar, caso sejam alvo de suspeita, desenraizamento ou discriminação; pois, alguns devotar-se-ão à clandestinidade, favorecendo máfias e todos quantos se aproveitam da precariedade e vulnerabilidade dos imigrantes e seus descendentes, gerando um ciclo vicioso no submundo das cidades. O que passa a minar a segurança de todos, raiz de desespero, raiva e choque entre grupos. Gerando uma contrarresposta tão ilegítima quanto a violência, a xenofobia.

No que concerne à emigração, as gerações ulteriores à primeira lutam mais pelo direito à diferença como afirmação pessoal e contra a discriminação. Mas quando o fazem de forma ostensiva ou mesmo provocadora, esquecem que não será provavelmente essa a identidade cultural do país de acolhimento e que, ao fazê-lo, são senhores da sua liberdade mas também interferem na liberdade do povo com quem desejaram conviver e que, bem ou mal, os aceitou em sua casa. Em contrapartida, os naturais do país de acolhimento não devem depois marginalizá-los, mas promover uma atitude responsável, de integração e compreensão mútua. Só assim uma sociedade democrática e plural pode funcionar. Com esforços de parte a parte. Voltamos a mencionar questões relacionadas com a liberdade e o respeito, fundamentais numa Democracia que seja Estado de Direito.

Mas o problema não vem só de fora. Até porque os Estados-nação (um Estado, uma Nação) não são a regra. À escala mundial, encontramos Nações divididas em vários Estados e Estados a administrar diferentes Nações, porque as fronteiras ideológicas muitas vezes contradizem as fronteiras físicas. A Europa, por exemplo, não se livra do terrorismo fomentado por grupos extremistas europeus que querem valer pela autodeterminação das suas Nações. Representam o terrorismo mais tradicional e territorializado, que se revolta contra a resolução

da ONU que impede que se mexa mais nas fronteiras³. A Europa ainda não é tão coesa quanto a União Europeia gostaria.

Daqui decorre que nem todos consideram prioritária a fidelidade ao Estado a que pertencem. Sempre que obrigados a escolher, preferem valer pelos seus próprios credos e tradições culturais (herdadas, recuperadas ou defendidas por iniciativa própria) ou outras características que definam o grupo com o qual se identificam.

Neste contexto, faz sentido promover a cidadania. Este conceito, em termos estritos, traduz o vínculo jurídico-político que une cada indivíduo ao Estado a que pertence e que supõe o respeito pelos direitos e pelas obrigações que lhe assistem.

Em sentido amplo, uma maior cidadania poderá eliminar diferenças entre nacional e estrangeiro, em especial com o surgimento de espaços supraestaduais, como a União Europeia, em função de uma maior liberdade. A própria «cidadania europeia» poderá ser entendida enquanto estatuto de cidadãos de uma realidade política que engloba direitos e deveres privados e públicos. Assim sendo, a cidadania é hoje um estatuto mutável, passível de cessação e perda, por ato voluntário do indivíduo nacional (renúncia) ou por decisão do Estado.

Seja como for, exige-se o dever de promover o bem-estar individual mas também a saúde do grupo, para garantir a coesão, interna ou entre países. Tanto que a cidadania pode ser entendida enquanto valor universal, a que todos temos direito e pelo qual todos devemos velar; e, logo, estritamente ligada à *Declaração Universal dos Direitos do Homem* da ONU, expoente máximo no reconhecimento da dignidade

3. Dois casos se destacam à vista desarmada: o da Irlanda do Norte e o da região basca de Espanha. Há décadas que, na Irlanda do Norte, protestantes e católicos vivem em declarada contraposição. A população sofre severas baixas e a instabilidade alimentam-se de um clima de conflito civil. Nos anos 90, o Reino Unido decidiu sentar-se à mesa das negociações com o Sinn Fein, braço político do IRA, enquanto os Estados Unidos arbitravam o confronto de poderes, mas não se conseguiu chegar a acordo sobre o desarmamento do grupo terrorista. Por seu lado, a Espanha teme que a independência de uma região onde operam ataques terroristas represente, por um lado, uma cedência política grave e, por outro, um precedente perigoso para outras regiões, também reivindicativas, como a Catalunha e a Galiza, mas que, por agora, resguardam forças de pressão separatistas pouco populares e discretas. Seja como for, é uma questão de identidade. Enquanto assim for, não importa a cabeça que dirige o movimento, haverá sempre quem se proponha a lutar pela independência da região; Portanto, mais que do terrorismo basco, falamos de um debate já antigo em terras vizinhas. Pois a Espanha não é um Estado-Nação. Como várias regiões se mostram descontentes com o seu estatuto, há quem argumente a favor do país se organizar num Estado Federal ou numa Confederação (Federação de Nações).

intrínseca à «pessoa humana», consagrando a liberdade, a justiça e a paz como direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana.

Neste sentido, faria sentido promover uma disciplina de cidadania nas escolas, até porque muitas crianças e adolescentes não sabem interagir saudavelmente, vivendo vidas virtuais agarrados ao computador, acabando marginalizados, agentes ativos ou vítimas de *bullying* – fenómeno de violência física e psicológica intencional e repetido, testemunhado há milhares de anos, mas que hoje em dia, pelos vistos, tem uma designação específica. Portanto, num mundo especialmente interdependente e misto, a cidadania é mais do que uma expressão normativa, é um valor a defender.

Mas como falar de «cidadania global» quando, no plano internacional, impera o conflito de interesses? Quando se organizam complexas redes de terrorismo, tráfico de armas e de droga, para fornecerem as guerrilhas espalhadas pelo mundo, que usam e abusam dos mecanismos das sociedades desenvolvidas, como o Mercado Financeiro Internacional, para branquear o dinheiro das suas atividades ilícitas e alargar os seus tentáculos?

Falamos, portanto, de poder. De uma relação de forças. Em que uns ganham e outros perdem. Quem mais sofre, como sempre, são as vítimas inocentes dos atentados terroristas e as suas famílias. Mas há demasiadas variáveis em questão, como jogos de influência, posições estratégicas, tráfico de armas, prestígio governamental, motivações religiosas e políticas, lucros empresariais.

Por outro lado, haverá mesmo esforços efetivos na coordenação de forças internacionais contra o terrorismo ou é mais conversa? E quem está por detrás dos terroristas? Quem os financia? Quem os treina? Quem lhes vende armas? Quem beneficia com os atentados, direta ou indiretamente? Podia dizer-se que Bin Laden. Mas nem ele era resposta para tudo quanto de mal acontecia no mundo. Bin Laden tornou-se numa referência, positiva ou negativa consoante a perspetiva! Porém, bem vivos estão outros muitos. São esses que beneficiam com o nosso medo.

Ao terrorismo não importam os meios, desde que cumpram objetivos; também não é um fenómeno novo. O «11 de setembro» apenas abriu os olhos para um tipo de terrorismo capaz de abalar o sentimento de segurança à escala global. Por ter passado a ser considerado como

uma ameaça mundial, os países uniram-se numa liga antiterrorismo, como não há memória. Movidos, quem sabe, também por interesses geopolíticos e geoeconómicos.

O petróleo parece ser um destes, em especial quando nos centramos no equilíbrio de poderes do Médio Oriente; na sua «balança do petróleo», pois esta matéria-prima é uma das principais fontes de rendimento dos vários países da região. Além de que a oscilação do preço do petróleo afeta, direta ou indiretamente, todos os continentes, consumidores e/ou fornecedores. Países como a Arábia Saudita, o Irão e o Iraque são cruciais para entender o jogo de influências na zona do Crescente Fértil. A Arábia Saudita porque o país parece ser o centro para o qual converge todo o Médio Oriente. O Irão porque rivaliza com a Arábia Saudita em poder externo, embora internamente mantenha um braço de ferro entre as fações mais extremistas e conservadoras. Com menos poder efetivo, mas grande ambição, tínhamos um Iraque, liderado por Saddam Hussein, que começou por manifestar uma política externa expansionista, para tornar Bagdade no centro do poder do Médio Oriente. No Médio Oriente, o regime de Saddam Hussein parecia ser o «elo mais fraco» nas várias relações de poder. Uma sucessão de erros estratégicos e alguma precipitação desencadearam duas guerras que fizeram o regime de Saddam cair, o líder foi julgado e eliminado. E o mundo perdeu um dos seus bodes expiatórios preferidos.

O que colocou os Estados Unidos na berlinda e fragilizou a aliança ocidental. Hoje em dia, não há margem de manobra para a criação de impérios baseados na conquista de território, pois o poder político e a opinião pública ocidental não conseguem conviver com as mortes e perdas materiais que uma posição geoestratégica como essa implicaria. A credibilidade internacional dos Estados Unidos reflete, assim, alternância periódica entre posições de grande força e de aparente fragilidade.

Toda a moeda tem «cara» e «coroa». Os povos precisam ser protegidos do sofrimento. Os Poderes devem assumir, conseqüentemente, a «responsabilidade ética» de não abusar da sua posição privilegiada para lhes impingir pior situação que a vivida atualmente. Na realidade, não há país sem telhados de vidro.

Por outro lado, como falar de «cidadania global» quando existem múltiplas situações de «subdesenvolvimento sustentado»? Falar em «subdesenvolvimento sustentado» é um grito de revolta contra uma

realidade difícil, que se prolonga. Por um lado, implica falar de ambiente, pois os países desenvolvidos e em desenvolvimento precisam apoiar, em conjunto, a biodiversidade e uma gestão eficaz dos recursos naturais. Na prática, os países mais poluidores evitam reduzir o consumo de energia mundial ou o seu grau de dependência do petróleo e preferem dar donativos e apostar na ajuda ao desenvolvimento (que perpetua a dependência) do que estabelecer verdadeiras parcerias comerciais mutuamente vantajosas. Ainda assim, a ideia baseada na cooperação entre Estados pode não ser realista. Quando reina a Geopolítica, almeja-se otimizar a relação entre geografia e poder, outras prioridades falam mais alto e os governos acabam por optar por uma ação planificada, em função de interesses estratégicos.

Por outro lado, implica a implementação de políticas internas de apoio à iniciativa dos agentes e às infraestruturas, que possam controlar a emigração e estimular a população a desenvolver o tecido económico de cada país. Mas as atividades pró-desenvolvimento só obtêm resultados quando há efetivamente um esforço de cooperação entre instituições e uma adequada distribuição da informação no país, por forma a que a população tenha conhecimento delas e compreenda como pode usufruir das mesmas; mas o que parece chegar às pessoas é menos o que as ajuda e mais o que as prende a um fio condutor; porque há quem se aproveite da baixa escolaridade da maioria – a que depois não reivindica os seus direitos ou não consegue impor-se às forças internas e/ou externas não interessadas no seu progresso.

Depois temos o *marketing* de conveniência que visa (manter) o poder. Propaganda política que pode incluir a difusão de fanatismo religioso, para estreitar laços e garantir a fidelidade a uma causa, que reinterpreta os textos em que se baseia; numa engenharia social que consegue aguçar o espírito dos ouvintes, convencendo-os a suportar sacrifícios ou, inclusivamente, a recrutar e mobilizar recursos para fins menos pacíficos. O que não é necessariamente incompatível com as relações de cumplicidade com as empresas estrangeiras, que continuam a explorar ou a transacionar recursos consoante as suas conveniências em troca do financiamento das campanhas políticas desses líderes; são os chamados «jogos de bastidores».

Os conflitos armados servem uma função económica, que favorece certos grupos (governos, senhores da guerra, traficantes, companhias de exploração) com interesse em prolongar a violência nas regiões onde

atuam. Falta de transparência e de leis internacionais e «cumplicidades silenciosas» são algumas fragilidades do sistema atual. Geopolítica no seu melhor. Os problemas estão para durar.

*Soluções são teorizáveis no papel,
mas a realidade amansa os mais bravos*

A globalização marca a vida interna de cada país e as relações entre Estados. Os intensos fluxos de pessoas e capitais, mercadorias e serviços, potenciam maior dinamismo a um mercado consumista, empreendedor e criador de emprego. Os Estados privatizam e liberalizam em função das vantagens que este modelo económico pode proporcionar.

Mas o liberalismo também pode gerar crises, que são cíclicas, umas mais fortes do que outras que, por sua vez, despertam grandes fortunas ou desemprego e fome. Ao ponto dos Estados se sentirem na obrigação de intervir, para tentar controlar a situação – o que se verifica desde 2008 – através de medidas internas, depois de encontros bilaterais ao mais alto nível e de cimeiras internacionais onde aparentemente reinou o multilateralismo.

Assim, temos o *yin* e o *yang* que, segundo a filosofia chinesa – e num mundo onde Pequim se afirma como potência, é melhor compreender uma cultura que no futuro se poderá tornar dominante –, representam um equilíbrio dinâmico entre duas forças contrárias, que ciclicamente se afirmam.

Para quem não acredita que a História se repete e recicla de umas épocas para as outras, não consegue enxergar o quanto vivemos atualmente uma vivência de crianças num mundo onde, independentemente de possuir regras, ninguém as cumpre e por tudo se reclama sem vislumbre de verdadeiras soluções. Parece o fim do Império Romano que abriu portas a um Cristianismo radical, enquanto a tendência atual permite a afirmação do extremismo islâmico sob os cacos de um Ocidente fragilizado.

Resultado, por um lado temos uma sociedade aberta e culpabilizada porque demasiado autocrítica, que não se sabe defender e, por outro lado, um número crescente de pessoas dispostas a morrer por uma causa, fruto de razões tão diversas quantas o ser humano pode inventar – que não são apenas questões relacionadas com a fome e o

infortúnio. Felizmente, a maior parte das pessoas no mundo vive o seu quotidiano normalmente, porque tem necessidade de o fazer e não se deixa abater pelas notícias bombásticas que lhe entram pela casa a dentro todos os dias.

A qualquer momento podemos ouvir falar de sismos e tsunamis, guerras e ataques suicidas, crises financeiras e grandes incêndios. As más notícias são o pão-nosso de cada dia. Porque o ser humano é um animal político, que tem dificuldade em viver em espaços cada vez mais partilhados e confinados, salpicados de solidão entre a multidão, violência urbana ou excessos de zelo. Mas o ser humano também pode tornar-se assim, se não for educado e disciplinado a encarar a liberdade como um direito e uma responsabilidade, a respeitar o espaço alheio e a aprender a viver em sociedade.

Os ataques terroristas, protagonizados pela Al-Qaeda, conseguiram chocar uma sociedade que (inocente ou arrogantemente) se considerava inatacável, e os meios de comunicação lançaram-se num frenesim mediático que os tem levado a explorar o tema à exaustão, acabando joguetes das próprias atividades criminosas e terroristas que de há uns anos para cá têm conseguido protagonizar ameaças e ataques, com base na sua luta subversiva, causando mais medo que em épocas anteriores. Todavia, esses ataques foram apenas o reflexo de um mundo que desperta medos antigos com novos contornos. Fenómenos terroristas existem há séculos, em especial em regiões que se desejam independentes, mas agora diferenciam-se consoante as perspetivas, opiniões ou as reivindicações interesseiras do momento. Há quem viva disso.

Parte significativa da população mundial sente necessidade (e ainda bem) de estar suficientemente a par dos acontecimentos, para ser capaz de responder de forma cabal aos desafios e de lutar por si ou pela comunidade em que se insere. Os meios de comunicação propõem-se a informar a opinião pública.

Nesta «sociedade da informação», os meios de comunicação desempenham um papel crucial, pois visam comunicar todo o tipo de assuntos – desde os problemas globais, aos específicos de cada região – para satisfazer a curiosidade ou a legítima necessidade de conhecimento das populações à escala mundial. Será mais forte nuns países, noutros nem tanto – provavelmente censurada e controlada pelos governos. Mas, em regra, a liberdade de imprensa é, atualmente, crescente.

Os telejornais divulgam notícias que devem ser objetivas e transparentes, mas como os temas e imagens a transmitir são selecionados por seres humanos (perspetiva subjetiva) num mundo globalizado e interdependente, e onde as audiências são uma questão de sobrevivência económica, mesmo quando não há segundas intenções, há influências. Neste processo, existe o risco de se conferir peso político a uma conjuntura irrelevante.

Paralelamente, temos a Internet, uma das mais recentes «revoluções na aldeia global». Assegura uma pesquisa rápida sobre qualquer tema, a qualquer pessoa que tenha acesso a ela; razão porque é, pelo menos em teoria, democrática; daí a expressão «democracia em rede» ou «teledemocracia», por permitir efetivar um direito inalienável – o direito à informação e à educação, através do acesso a uma circulação (intelectual) abundante. No entanto, nela convive a informação correta, a opinião fundamentada e a legítima prestação de serviços, com a delinquência, a análise perniciosa e a oferta fraudulenta, para além de vírus que minam sistemas e génios informáticos que espreitam ou conspurcam sistemas institucionais, cuja informação é secreta. Na Internet tanto se pode incitar à violência, como praticar crimes com tradução sonora, visual ou escrita, estabelecer a comunicação entre grupos criminosos. Há quem chame a esta ameaça «ciber-guerra» ou guerra da informação; outros preferem «teletirania».

É indispensável uma interrogação ética no campo dos meios de comunicação. Até porque a sociedade civil ainda não se apercebeu completamente do confronto de poderes que tudo isto envolve. É indispensável uma prática de verdadeira transparência e respeito pelas populações. A informação deve ser rápida, eficaz, mas igualmente legítima. Mesmo em excesso, é preferível à falta desta. É melhor conhecer a realidade do que viver num mar de silêncios e horrores dissimulados. Mas não se pode fazer drama da miséria humana, nem explorar as pessoas no momento mais difícil das suas vidas. Fez-me especial confusão ver um repórter desnudar as pernas de uma senhora para mostrar as suas feridas para a televisão, evidente falta de respeito por quem está demasiado fraca para se defender.

Portanto, enquanto quarto poder, as televisões, jornais e revistas, ou até o mundo virtual da internet – com as suas redes sociais e sites sobre todo o tipo de temas – várias vezes ultrapassam os limites que as leis não conseguem salvaguardar. Atualmente, há mais espetáculo

nas notícias que informação objetiva. No pragmatismo característico dos romanos antigos, há que garantir «pão e circo».

Ironicamente, ainda há zonas no mundo onde as populações só têm direito a circo, enquanto, no Ocidente, quem pode alimentar-se passa fome para salvaguardar ditames estéticos fomentados por uma indústria multimilionária ligada à moda. Afinal, os seres humanos são sociais, gostam de se sentir integrados. Uma época dominada pela interdependência incentiva à uniformização com base em padrões culturais definidos pelas grandes potências; ou favorece manifestações favoráveis à afirmação regional, religiosa, ideológica ou sexual. É uma luta de poder.

Urge conhecer as regras do jogo e perceber que luta de poder é protagonista no momento. No sentido de adjuvar o esclarecimento e a defesa das populações, surgem atores infraestaduais ou organizações não-governamentais (ONG), instituições que defendem os Direitos Humanos e outros grupos internacionais com voz. Acabam por ser aceites e considerados pela opinião pública. A própria ONU, através da UNESCO, apela sucessivamente ao exercício da cidadania, enquanto valor universal a defender, procurando um envolvimento público, promovendo a educação e o esclarecimento em todas as partes do mundo.

Ainda assim, a opinião pública não é tão controlável como se poderá suspeitar. A informação está disponível para quem a procurar. E hoje em dia, há cada vez mais as pessoas a frequentar a escola ou mesmo o ensino secundário e superior. Se mais formadas, devem ser menos influenciáveis – pois duvidam, selecionam informação e tomam uma atitude crítica relativamente ao mundo que as rodeia. Quem possui instrução tem o direito e a responsabilidade de não agir de forma ignorante.

Esta possibilidade da opinião pública ser mais global, com acesso rápido à informação local, regional e mundial – através dos vários meios de comunicação, incluindo a internet – é uma realidade produzida pela revolução tecnológica, um dos seus lados positivos. Permite a união dos povos na luta pelo legado humanista, tolerante, que reclama por uma maior justiça, pela igualdade de oportunidades. Movimenta-se a favor do bem-estar geral. Embora nem sempre se aperceba da força que tem, sempre se vai apercebendo. O que é particularmente evidente quando os países, movidos pelo legado maquiavélico, se propõem a impulsos belicistas.

As populações podem revoltar-se mas, no quotidiano, preferem que as deixem em paz nas suas rotinas diárias. Quem possui um emprego deseja mantê-lo. Quem procura trabalho, reivindica os seus direitos ou atualiza os seus estudos. Os afadigados sonham com desportos radicais mas, no fundo, utilizam a suas horas livres a ver a novela ou a conversar com as amigas, a ver o seu futebol na televisão, estatelado no sofá com uma cerveja na mão. Não quer chatices. Não quer saber de terrorismo, nem guerrilha, nem crime organizado. Prefere sentir-se seguro dentro de casa. Quando há harmonia sonha com a confusão, mas se a anarquia o confunde queixa-se de falta de democracia e até se predispõe a apoiar um ditador, desde que esse líder forte garanta a estabilidade e o território pessoal de cada um. Mas no fundo não quer perder os direitos que um Estado de Direito lhe oferece. O problema é o outro lado da balança: há responsabilidades que ninguém quer assumir. O conforto dentro de casa parece ser menos confuso que o desconforto em céu aberto. Os seres humanos queixam-se de limites mas precisam de os ter para sobreviver.

Se colocarmos uma rã numa tina de água quente, ela salta logo para fugir ao perigo. Mas se a mesma rã for deixada em água tépida, depois gradualmente aquecida, deixa-se estar confortavelmente. Até morrer.

Em sociedade, os indivíduos partem do princípio que os outros cidadãos vão entender o seu ponto de vista, mas o contrário é mais previsível, porque somos diferentes, ainda que todos humanos.

São muitas as lutas de poder neste mundo interdependente. A herança cristã, por exemplo, confere preferência à paz mas muitos dos seus altos-representantes ao longo da História abriram portas ao conflito – político-social (inquisição) e religioso (cruzadas).

Considera-se a guerra como «último recurso», quando não há alternativa que salvaguarde a independência dos Estados, o sistema em que governam, ou impeça um Estado ou um grupo marginal de exercer o domínio sobre terceiros.

A exceção ocorre quando os Estados – mesmo aceitando a existência de um Direito Natural de valores superiores e reguladores da legitimidade das suas ações, inclusivamente em defesa dos Direitos Humanos – optam por valer pelos seus interesses, apoiando-se no

normativismo jurídico que mais lhes for conveniente. O realismo político (*Realpolitik* ou até *power politics*) é, aliás, o processo político que atua independentemente das restrições do Direito Natural e em que um poder só é considerado importante desde que influente na balança interna ou externa dos poderes; com respeito apenas por alguns direitos reconhecidos a terceiros como o de soberania, o direito à integridade nacional ou à livre navegação.

Mas há um outro «equilíbrio de forças», mais alargado, envolvendo todo o tipo de agentes, singulares e coletivos; incluindo todos quanto almejam a concretização de objetivos, exercidos por vontades e capacidades distintas; isto porque o poder é instrumental e fruto de uma relação que deriva da combinação de recursos tangíveis e intangíveis à sua disposição, permitindo influenciar a colaboração, espontânea ou forçada, de outros que ajudem a atingir esses fins. Ou seja, antes de mais nada, falamos de «Poder».

No mundo, onde não se vive em conflito, vive-se em paz armada. Na Roma Antiga, o termo traduzia-se por uma capacidade de finalmente manter em paz povos que antes se digladiavam, ainda que sob uma proteção fortemente armada. O que, no meu entender, define em termos simples a situação atual, pois o mundo vive expectante, sob a ameaça do pior, simultaneamente controlada por essa mesma advertência.

Mas se a paz armada representava uma «sofisticação» para os romanos amantes da guerra, para a sociedade moderna defensora da paz constitui uma frustração e a revelação clara da incapacidade que os humanos têm de se organizar em paz. Por outro lado, quem se senta no seu trono de conforto, acaba destronado; e cair do altar pode significar a humilhação terrena e a submissão a regras de terceiros.

Assim, ou temos conflito ou paz armada. Se a paz um dia estiver assegurada, as gerações habituadas ao mimo vão cansar-se do conforto e pedir para lutar – de preferência heroicamente por uma causa, num palco de guerra com muitas mortes mas coloridas e virtuais, que os insetos são atraídos pela luz mas um corte na pele dói.

Os romanos caminhavam animados para o circo romano, levando o seu farnel para dele se degustarem nos intervalos. As famílias atuais confraternizam à mesa do jantar, enquanto a televisão mostra as consequências de sismos, de inundações, de guerras e de ataques terroristas. Param o trânsito para ver a desgraça alheia e adormecem a

ver programas sobre crime. A diferença que nos separa dos romanos antigos não é tão grande como gostaríamos que fosse.

Recordando como os políticos se digladiavam no tempo de Júlio César, é possível que, em termos de esquemas políticos sujos e de insultos mútuos, as equivalências também sejam muitas.

Mas, portanto, os conflitos individuais, corporativos ou internacionais são geralmente pelo poder. Quem não está disposto a lutar, acaba submisso. Desde o tempo dos sumérios e dos babilónios que é sabido: quem se senta confortavelmente no trono, acaba destronado.

A União Europeia não é uma federação nem uma zona de comércio livre; é um projeto em construção sucessivamente alargado, mas que não quer envolver países como a Turquia no projeto. Resultado, a Turquia está a gerir influências no espaço das revoltas árabes, enquanto a União Europeia não coincide com a Zona Euro que, por sua vez, se dilacera com uma lista extensa de países com défices excessivos e dívidas públicas elevadas em percentagem do PIB.

Apesar de ter entrado em vigor o Tratado de Lisboa, a União Europeia continua com uma agenda externa vazia de conteúdo. Não apresenta soluções para os palcos regionais mais problemáticos (Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria, Egito, conflito israelo-palestiniano), deixa-se ultrapassar por países como os Estados Unidos, a China e a Rússia. Resultado, não se afirma no xadrez mundial e perde terreno à mesa das negociações.

A União Europeia hesita em afirmar-se como o mais forte, por muito que secretamente almeje recuperar o seu lugar de referência mundial. Neste processo, até os Estados Unidos, ainda a recuperar do abalo da crise financeira e da perda de credibilidade durante a presidência de George W. Bush, estão a deixar que o centro do poder passe gradualmente do Atlântico para o Pacífico, em particular se a China e a Índia continuarem a afirmar as respetivas redes baseadas num competitivo capital humano e material. Mas uma tal mudança geopolítica também está sujeita ao atual e futuro fortalecimento da relação transatlântica. Porque Washington pisca os olhos aos dois oceanos.

Portanto, a questão depende da «União Europeia pós-entrada em vigor do Tratado de Lisboa» e do seu posicionamento geopolítico à escala global – enquanto força regional não basta. Tem a ver com a afirmação internacional russa, não por o país ser atlântico, mas porque

se afirma como «europeu» (com um pé na Europa, pelo menos). E depende do Brasil, eterno rival regional dos Estados Unidos, mas ainda de fraco currículo à escala global. A surpresa poderá ainda vir do continente africano, mas ainda é cedo para ter a certeza.

Seja como for, o planeta Terra está em ebulição permanente e com violentos movimentos de placas continentais, que provocam sismos e tsunamis, está a «encolher o Pacífico» e a «aumentar o Atlântico». Para aproximar os países do Pacífico ou para aumentar a área de intervenção no Atlântico?

Portugal é país atlântico. Com pouco mais de um milhão de habitantes iniciou o processo de globalização. Não sabia muito bem no que se estava a meter e foi ultrapassado pelas circunstâncias com que se deparou. Mas as potências que vieram a seguir não aprenderam com os erros lusos e mantiveram o processo de exploração.

Para o bem e para o mal, a globalização que vivemos tem raízes num povo virado para o mar que nunca foi periférico – por muito que outros povos europeus sempre lhe tenham impingido essa ideia – mas que «nem se governa nem se deixa governar».

Neste périplo de séculos, Portugal possui o reinado mais longo da Europa (D. Afonso Henriques) e o reinado mais curto (D. Luís Filipe). Assinou a mais antiga aliança diplomática do mundo ainda em vigor (Tratado da Aliança Luso-Britânica, 1383). Portugal conseguiu a glória mas perdeu a fama mundial de ser o primeiro império global e o único destes que durou cinco séculos (impérios tão longos só o egípcio, o romano e o mouro, ainda que ambos de âmbito regional), algo excepcional só comparável à gesta dos romanos (Roma era apenas uma cidade).

O povo português nem quer ouvir falar neste passado desde que corajosamente se revoltou contra a guerra colonial, fez cair a ditadura e avançou para uma rápida descolonização que fizesse esquecer as desgraças perpetradas. Portugal culpabiliza-se. Ainda vive a ressaca de se ver confinado a fronteiras mais exíguas e conflituas com o seu novo papel de mero Estado de uma União Europeia que caminha para Federação. Portugal não se apercebeu das vantagens que existem na gestão de um território pequeno e mais homogéneo, na maximização da herança histórico-cultural do ponto de vista diplomático e turístico (por enquanto é mais discurso político que atividade rentável) e da necessidade de aprender com os erros passados que foram mais do

que muitos (a vitimização adoçada de orgulho ferido, atira o povo na autoflagelação periódica e na crítica voraz ao seu país perante qualquer estrangeiro, mesmo que desinteressado).

Ou seja, desbaratam-se as pratas (já não há ouro) enquanto os gatos gordos se assanham e fogem os cérebros. A população lusa acomoda-se à anarquia e à falta de liderança política, desprovida do entusiasmo que em tempos idos ouviram falar possível. O problema é que a população não pode ser sebastianista. Se assim fosse, tínhamos sido uma Galiza nos últimos quatro séculos e não se teria recolhido vantagem nenhuma disso.

Fraco rei faz fraca a forte gente

A situação está perigosamente má. Quem nos governa permitiu que chegássemos à situação de protetorado e à Troika tanto lhe faz quem ocupa o lugar, desde que cumpra as suas ordens. Um país com séculos de História ficou refém de terceiros e de si próprio (pois, numa Democracia, a responsabilidade última é dos votantes, que escolheram mal os seus representantes e não souberam puni-los após reconhecerem o mau desempenho do seu cargo).

Talvez seja hora da população deixar de confiar na sorte, investir em si própria, empreender e labutar com visão de futuro, mesmo com poucos recursos, e velar por si mesma se não houver liderança de jeito.

De um povo unido e valente nascem mais facilmente líderes que com esse espírito coincidem. Por isso, vale a pena recordar os dois termos romanos que definiam a credibilidade pública e privada de um cidadão: *auctoritas* e *dignitas*.

Auctoritas é uma palavra latina difícil de traduzir, pois significa mais do que o termo autoridade, implica a capacidade de influenciar o curso dos acontecimentos através da mera reputação pública ou pessoal. O que nos remete para a necessidade da autoridade ser legítima, não imposta mas aceite. Isto é uma qualidade indispensável em qualquer época, porque um verdadeiro líder político (ou religioso) não precisa nem deve recorrer à força ou à manipulação para mostrar às pessoas que esta ou aquela medida (valor moral) deve ser seguida; porque a relação líder/população envolve respeito genuíno; e essa autoridade deve ser conforme a Lei e a Justiça.

Dignitas, por sua vez, é muito mais do que «dignidade»; implica prestígio público na comunidade, baseado num valor moral e ético, numa reputação positiva, com direito a ser tratado com respeito. O termo vivia em função da Honra, cujos limites não eram definidos, o que permitia abusos. Mas hoje em dia deverá aperfeiçoar-se, no sentido de aplicar à prática o que é defendido pela *Declaração Universal dos Direitos do Homem*.

Dois termos muito empregues pelos romanos, nem tanto aplicados à prática. Depreende-se que, apesar de, entretanto, terem passado dois mil anos, continuamos a ter dificuldade em corresponder aos mandamentos que nos guiam.

Se quem aprende a andar de bicicleta nunca mais lhe perde o jeito, porque insistem os portugueses em fazer melhor figura em comunidades além fronteiras que no seu próprio território? Se o espírito empreendedor existe, a dificuldade nacional reside provavelmente na mentalidade e nos modelos adotados em Portugal.

Mas o tempo urge. Infelizmente, os portugueses estão a viver um momento de viragem, que pode não ter retorno e assim marcar um futuro incerto. Não estamos a dar descanso aos egrégios avós e as armas pertencem ao passado. Portanto, ou voltamos à ribalta ou afundamo-nos no esquecimento. Neste momento, os lusos possuem duas hipóteses: ou voltam a ser senhores de si ou vergam.

Os portugueses costumam «desenrascar-se» em momentos de crise e de especial dificuldade; superam-se na adversidade e levantam-se miraculosamente quando ninguém já esperava que o fizessem. Tem sido, pelo menos, a nossa experiência histórica. Enfim, se conseguirmos sair desta nova crise estrutural, talvez possamos suspirar de alívio. O que não é algo muito positivo. Sendo assim, no melhor prognóstico, continuamos na corda bamba de um percurso inseguro e periclitante, quase sempre a cair no abismo. O futuro mantém-se incerto, conjuntural, inconstante mas orgulhoso. Andamos sempre de corda ao pescoço. Até parece que o nosso primeiro rei foi D. Egas Moniz. Pergunto-me quando o país percebe que descendemos de D. Afonso Henriques e que, em cada nova etapa, o temos de demonstrar. Ele nunca deixou de lutar mas governou até morrer.

Conclusão

Vivemos um mundo que, não tendo aumentado de tamanho, é povoado por um número crescente de pessoas, todas aspirando ao «seu espaço» e ao «respeito pela sua identidade», num equilíbrio bem ou mal gerido entre tradição e modernidade. Como os humanos são naturalmente insatisfeitos, querem sempre mais do que têm. A revolta é maior quanto maiores forem as suas frustrações. Os descontentes acabam por se revoltar contra o fenómeno da globalização que, através de um maior controlo sobre os efeitos à escala mundial, tem vindo gradualmente a transformar a vida das pessoas, as que, estimulando o mercado através da procura, criaram a «sociedade de consumo» em que vivemos.

A crescente interdependência internacional é aproveitada por todos aqueles que querem uma vida melhor. Dentre estes, os que se refugiam na clandestinidade, favorecem as máfias e os preconceitos da comunidade. Ao que se somam os problemas nacionalistas que vêm de há muito tempo, com fações rebeldes a valer por diversos interesses. Toda esta frustração mergulhada em possíveis cumplicidades silenciosas, corrupção, exploração económica ou crise e violência, desemboca nas redes criminosas internacionais ligadas ao tráfico de droga e de armas, ou até ao terrorismo, que se aproveitam da instabilidade política ou até militar, em especial em África, nalguns países da América Latina e no Médio Oriente, para ampliar influências.

Para passar despercebidas, as atividades ilícitas reciclam-se, principalmente no Mercado Financeiro Internacional, onde a origem dos capitais é mais fácil de encobrir. Assim, um dos melhores e mais legítimos mecanismos de dinamização da economia e de desenvolvimento das regiões, promovendo a indústria, a ciência e a tecnologia, passa a ser usado para lavagens de dinheiro; e, no fluxo que visa melhorar o bem-estar das populações, infiltra-se o que pode minar esse mesmo bem-estar. Ou seja, o crime usa e abusa de todo o tipo de estruturas da sociedade livre e democrática para alcançar os seus objetivos. A Al-Qaeda, associação terrorista desterritorializada mas de índole religiosa, fanaticamente contra a cultura ocidental e inspirada no saudita Bin Laden, soube aproveitá-las, qual vírus nos sistemas informáticos.

Uma possível solução consiste na promoção da «cidadania», para estreitar relações entre Povos, Nações e Estados, ao mesmo tempo que se fomenta a chamada «cidadania global», visando uma união fraterna, sob a égide do interesse comum e da salvaguarda do teor da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*.

Outra forma de promover o interesse comum é através dos meios de comunicação, que têm acesso a todas as camadas da população, sendo, pelo menos em teoria, democráticos; assim, enquanto informam e lutam pela transparência, esclarecem e de certa forma garantem a existência de uma opinião pública forte e empenhada, capaz de cumprir com os seus deveres, apta a lutar pelos seus direitos. Simultaneamente, os *media* atingiram uma tal dimensão que se transformaram em empresas de milhões, privilegiando, mais do que deveriam, o poder dos números, os interesses empresariais que podem afastar-se do objetivo primordial que é informar. No caso especial da Internet, uma das mais recentes revoluções da aldeia global, ao assegurar uma participação e uma pesquisa rápida a qualquer pessoa que pode assumir o anonimato, está cada vez mais a ser usada ilicitamente, com o inconveniente de ser muito difícil de fiscalizar pelas autoridades.

A sociedade livre, plural e equilibrada, onde também atuam as organizações não-governamentais (ONG) e outros grupos internacionais capazes de defender o Direito Natural em qualquer parte do mundo, além de exigir liberdade pede também responsabilidade, inclusivamente da chamada «diplomacia pública», para que não se perpetuem abusos. Em compensação, a opinião pública parece menos manipulável; supostamente mais informada e atualizada, autonomizou-se, enquanto progressivamente se fortalece; tornou-se, inclusivamente, num poder considerável, dificilmente negligenciável por outros poderes; ao defender o seu interesse pessoal, mostra-se capaz de velar pelo interesse comum, pedindo valores. Uma *dignitas* mais elevada exige uma *auctoritas* sábia e moderada, capaz de inspirar admiração nos seus seguidores.

Uma sociedade livre e democrática não se substancia sem autoridade legítima, garantindo as liberdades de cada um através da lei e de um governo estruturado e saudável que salvaguarde o interesse comum. A paz e a diplomacia, sem descuidar a segurança das populações, são cada vez mais encaradas como prioridades a prosseguir.

A geopolítica internacional afirma-se à mesa de negociações, num xadrez altamente competitivo e, com realismo político, nele reinam os mais fortes. A União Europeia procura manter um lugar que está a perder com base numa agenda internacional desprovida de liderança e protagonismo político.

Portugal, por seu lado, continua num caminho descendente que ainda não conseguiu reconstruir, acossado pelo desequilíbrio das suas contas públicas, por rivalidades políticas, falta de justiça e de segurança. E o povo luso, confuso, mina o seu entusiasmo em taxas de desemprego elevadas, enquanto sonha em emigrar.

Os portugueses são sebastianistas e preferem a ideia de começar de novo além fronteiras a reconstruir a casa que perdeu o telhado. Pode ser uma solução mas não será para todos.

Por estranho que pareça, se os alemães são mais fortes na Alemanha e os ingleses na Grã-Bretanha, os lusos são mais fortes fora de Portugal. São grandes empreendedores, criativos e visionários no estrangeiro, mas no país de origem não se atinge coletivamente a excelência. O que significa que o sistema interno é de alguma forma castrador.

A questão só se resolve quando o povo do primeiro Estado-nação do seu continente, com as fronteiras mais estáveis e antigas da Europa, perceber que sabe marcar a diferença, que precisa reaprender a jogar o xadrez internacional de forma altamente competitiva e afirmar-se no mundo que ajudou a globalizar. E que tem de fazê-lo, como em quase todas as suas épocas históricas, «por necessidade».

Bibliografia

Farage, N. (2010). *Eurocéptico Britânico Insulta Herman Van Rompuy* (vídeo). Online: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/viacutedeo_euroceacuteptico_britacircnico_insulta_herman_van_rompuy.html> (referência de 20-06-2013).

Morris, D. (1969). *O Zoo Humano*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.